
Resolução 01/2024

Conselho Deliberativo do Proifes-Federação

Orientações aos sindicatos federados
sobre o processo de negociação nas
Mesas Setoriais (Carreira) e dá
encaminhamentos.



O Conselho Deliberativo (CD) do Proifes-Federação, reunido em Brasília (DF) em 23 de fevereiro de 2024, ao debater sobre o processo de negociação com o governo federal, ocorrido especialmente na 3ª Reunião da Mesa Específica e Temporária da área de Educação, realizada no dia 22/02/2024, cujo eixo de discussão foi a Carreira do Magistério Federal ¹ (Magistério Superior e EBTT) (3ª Mesa), em consonância com o 13º artigo do estatuto vigente do Proifes Federação, a partir das informações que seguem, resolve estabelecer as seguintes orientações:

1 – Conjuntura política: um cenário que permanece preocupante

Há pelo menos três elementos a serem considerados para uma propícia observação sobre a quadra atual da tática de luta da Federação: o estágio atual da luta política, que mostra o visível enfraquecimento do Estado Democrático de Direito; o aspecto fiscal, cujo Arcabouço Fiscal é o expoente mais visível; e a “batalha orçamentária”, que mostra um país aprisionado pelos interesses do “Centrão”.

Com relação à luta política é fundamental compreender que a vitória apertadíssima de Lula contra o fascista Bolsonaro (50,90% x 49,10%), foi, de fato, histórica, dada a conjuntura que aconteceu, mas não se refletiu na Câmara de Deputados, onde o partido liderado por Bolsonaro, elegeu 99 deputados, tornando-se o maior partido da Câmara, enquanto o bloco mais progressista, formado pela Federação Brasil da Esperança (PT/PCdoB/PV), elegeu 81 deputados². Além disso, no Senado, a eleição de 8 senadores do PL, tornou a bancada desse partido (12 senadores), uma das maiores, restando ao PT, único partido da Federação que elegeu senadores, com 8 cadeiras.

Os resultados propiciaram ao campo reacionário e fascista, urdir, em conluio com segmentos importantes das Forças Armadas e do empresariado, uma tentativa de Golpe, em 8 de janeiro de 2023, que fracassou diante de um amplo alinhamento das forças democráticas. Mas a extrema-direita não arrefeceu e, com o apoio tácito do presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira (PP-AL), vem acossando constantemente o governo e tem permitido o travamento das pautas mais avançadas.

¹ A carreira do Magistério Federal foi criada, após extensas negociações, pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Ressalte-se que o acordo prévio que criou uma nova carreira foi assinado, inicialmente, exclusivamente por nossa Federação.

² Em fevereiro de 2024, a bancada do PL continua a ser a maior (96 deputados) e a FBE manteve as 81 cadeiras. A maior bancada é a do bloco União/PP/Federação PSDB-Cidadania/PDT/Avante/Solidariedade/PRD, com 162 cadeiras; seguida do bloco MDB/PSD/Republicanos/Podemos, com 142 parlamentares; o PL, tem 96 cadeiras; a Federação Brasil da Esperança, 81; PSB, 14 deputados; a Federação PSOL-Rede, 14; e o Novo, com 3 deputados. (Fonte: Portal da Câmara de Deputados, 2024).

Entretanto, cabe ressaltar que o governo, eleito por um amplo leque de forças democráticas, tem como seu núcleo central, a classe dos trabalhadores, já que esta, nas suas diversas representações, defendeu resolutamente a eleição de um presidente que atua no campo democrático e popular e posteriormente fez frente à tentativa de Golpe, defendendo o Estado Democrático de Direito. Esta classe, que sofre permanente recuo nos seus direitos e nos seus salários, não pode ser colocado em segundo plano.

A resposta do governo ao estrangulamento da economia, feito pelos 4 anos de devastação econômica, foi a costura de uma proposta que mantém os pilares da política econômica liberal, calcada no chamado “tripé macroeconômico”, que vem norteando a política fiscal brasileira desde os anos 90. O “arcabouço fiscal”, o novo regime fiscal, que substituiu o famigerado “teto dos gastos”, significou uma moderação do “torniquete fiscal”, mas manteve a base deste, o que foi expresso no “déficit zero”, defendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT-SP), que, na prática impõe graves restrições a retomada do crescimento.

Ademais, o “déficit zero” tende a afetar o orçamento das IFES, tendo como consequência a persistência do sucateamento destas e a precarização do trabalho docente e, por conseguinte, a desvalorização da carreira docente.

2 – Aspectos estruturais: o orçamento da União

Com relação ao Orçamento, é um espaço de luta política que em 2020 recebeu um novo elemento, com a aprovação do que ficou conhecido como “orçamento secreto”, permitindo o literal “sequestro” dos recursos públicos, a serem aplicados em políticas públicas, pelos deputados, algo absolutamente inédito na história desse país e até mesmo no mundo, fazendo com que 25% do Orçamento da União, esteja comprometido pelo “orçamento secreto”, com impactos devastadores sobre os investimentos públicos e com forte rebatimento na política de custeio do governo federal ³.

As restrições orçamentárias já são conhecidas, muito em função do poder exercido pelo Capital Financeiro, que desde a década de 70, vem assumindo o eixo condutor do processo de acumulação de Capital e o resultado disso é que 28,9% do total da Dívida Pública está nas mãos das instituições financeiras; e 23,5% com os fundos de

³ As emendas parlamentares terão, em 2024, o valor recorde de R\$ 53 bilhões. De acordo com o relatório, serão R\$ 25 bilhões para as emendas individuais e R\$ 11,3 bilhões para as emendas de bancadas estaduais, ambas de execução obrigatória. Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) terão R\$ 163,9 milhões, que o governo pode contingenciar. Além disso, foram criadas emendas de comissões da Câmara e do Senado, que não estavam na previsão inicial do governo e foram o motivo do corte de R\$ 17 bilhões do PAC. Esses recursos não serão de pagamento obrigatório, mas há o compromisso do Executivo de realizar sua execução, seguindo a indicação dos integrantes das comissões temáticas do Congresso.

de investimento. Mais do que isso, as dívidas de curto prazo representam cerca de 20% da Dívida, exigindo mais e mais esforços fiscais para o pagamento dos serviços da dívida (os juros) e obviamente esse cenário tem reflexo na forja dos recursos orçamentários para custeio e investimento.

3 – Mesas de Negociações

Em Mesas anteriores, inclusive na 6ª Mesa Nacional de Negociação Permanente (18/12/2023)⁴, o governo apresentou as entidades que fazem parte do FONASEFE e FONACATE, uma proposta de reajuste nos valores dos auxílios a partir de maio de 2024, passando os mesmos para os seguintes valores: R\$ 1.000,00 (51,9%) no vale alimentação; R\$ 215 (51%) no subsídio per capita saúde suplementar; e de R\$ 484 (51%) no auxílio-creche. Já em relação ao reajuste salarial, naquela Mesa o Governo também afirmou que pretende garantir, apenas para 2025 e 2026, o mesmo índice de 18% de reajuste salarial concedido aos servidores do Legislativo e Judiciário no período 2023-2026. Porém, nesse caso, seriam descontados os 9% concedidos em maio de 2023, restando apenas 9% dividido em duas parcelas: 4,5% para 2025 e mais 4,5% para 2026. Em contraproposta já enviada ao Governo Federal, os SPF, do grupo no qual o magistério federal se enquadra, apresentaram uma nova proposta de reajuste linear: 7,06% para 2024, 2025 e 2026 respectivamente. A próxima reunião (7ª) desta Mesa Nacional acontecerá dia 28/02.

Com relação à Mesa de Negociação Específica da Educação (3ª Mesa)⁵, cuja primeira reunião ocorreu em 04/09/2023 e a segunda em 03/10/2023, a nova rodada, ocorrida em 22/02/2023, o governo apresentou uma proposta de malha salarial para o EBTT (Ensino básico técnico e tecnológico) e o MS (Magistério Superior) que implicitamente é o reajuste de 4,5% em 2025 e de 4,5% em 2026, mencionado na última reunião da Mesa Nacional. Também, na reunião do dia 22, o Proifes Federação apresentou, uma contraproposta de reposição de perdas via reestruturação da Carreira (<https://proifes.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Proposta-Mesa-Especific-2024-FINAL-1-2.pdf>).

Em resposta às demandas do Proifes-Federação, o negociador do governo, José Lopez Feijóo, Secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (SRT/MGI), afirmou não ser possível aceitar propostas em que haja redução do tempo na carreira, visto que o governo federal tem trabalhado no alongamento das demais carreiras considerando como o tempo ideal 20 anos.

⁴ A Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), foi criada em julho de 2023 e trata das negociações salariais entre o governo e o conjunto dos Servidores Públicos Federais (SPF).

⁵

<https://proifes.org.br/em-terceira-reuniao-da-mesa-de-negociacao-especifica-da-educacao-proifes-federao-debate-a-reestruturacao-de-carreira-dos-docentes/>

Além disso, o Secretário apresentou uma proposta de malha salarial para o EBTT (Ensino básico técnico e tecnológico) e o MS (Magistério Superior) que implicitamente é o reajuste de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026, mencionado na última reunião da Mesa Central.

O PROIFES expressou que essa proposta não avança na recuperação das perdas acumuladas desde março/2015 (até janeiro de 2024 é de 35,51%) e mal repõe o IPCA projetado para os anos 2024, 2025 e 2026. Sinalizou que irá continuar defendendo suas demandas na Mesa de Negociação e que espera convencer o governo da justiça destas. Um ponto importante que foi ressaltado pelos representantes da Federação: a cobrança ao governo que a malha salarial das carreiras do EBTT e do MS contemple o Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público (hoje em R\$4.580,57). Observou, ainda, que o salário atual do professor graduado 40H do EBTT e do MS é de R\$ 3.412,63. Portanto, estamos muito longe do piso e que o governo federal tem de dar o exemplo no cumprimento do piso para os professores federais. Outros pontos salientados nesta 3ª Mesa podem ser acessados no site Proifes.

4. Encaminhamentos para as lutas pela reposição das perdas salariais

A posição do CD, reforçada pela Diretoria, é de que ainda não temos uma resposta positiva do governo à nossa Pauta e muito menos nos aspectos salariais. Portanto, não há um verdadeiro processo negocial, mas sim a reafirmação por parte do governo de sua política econômica (restrições orçamentárias e fiscais) e da sua "reforma" administrativa (gestão de carreiras).

Reforçamos a necessidade de que o Governo se disponha a abrir negociação de modo que até 2026 a malha salarial das carreiras do magistério federal (EBTT e MS) contemple o cumprimento do Piso Nacional do Magistério, e assim consigamos, ainda que não seja total, avançar na reposição das perdas salariais acumuladas. O GT Carreira do Proifes Federação está trabalhando numa contraproposta, a ser debatida na base e posteriormente encaminhada ao governo, com uma malha salarial que tenha previsão de ter o piso contemplado em 2026 e que não altera o tempo da atual carreira (19 anos).

Diante disso e aguardando a Mesa Nacional de Negociação, dia 28 de fevereiro próximo, sugere-se:

- a) Realizar reuniões e AGs para debater tal situação e a contraproposta a ser encaminhada ao governo.
- b) Tirar encaminhamentos para as lutas: local e nacional.
- c) Estabelecer conversa com os parlamentares de cada estado, especialmente os da base do governo, pedindo apoio e resolução positiva às nossas reivindicações (proposta do Proifes).

- d)** Quando possível, atuar em conjunto com as demais entidades do campo educacional e dos SPFs.
- e)** Atuar na defesa das IFES, em conjunto com a ANDIFES, CONIF, pela recomposição orçamentária daquelas.

Brasília, 23 de janeiro de 2024

Francisco Wellington Duarte
Presidente do Proifes - Federação